

Discurso irrita

Hélio Bicudo

BRASÍLIA — O governo está estudando medidas técnicas para recuperar o texto do projeto do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Hélio Bicudo (PT-SP), que transfere para a Justiça comum o julgamento de crimes cometidos por militares. Como o projeto foi descaracterizado pelo Senado, na semana passada, a ideia do governo é restabelecer pelo menos alguns pontos da proposta original na Câmara. Se isso não for possível, o Executivo deverá apresentar novo projeto, ainda este ano.

O deputado Hélio Bicudo lamentou que o governo não tenha se empenhado em adiar a votação do projeto no Senado até que o plano de direitos humanos fosse anunciado. "Iriamos ganhar apenas cinco dias, mas seria mais fácil a sua aprovação", afirmou. Bicudo se irritou com o discurso de ontem do presidente Fernando Henrique Cardoso. O presidente se queixou da falta de instrumentos legais para combater a violência, mas não citou o projeto do deputado.

Inconformado com a omissão do governo nas discussões do projeto no Senado, Bicudo disse que os líderes governistas votaram contra um projeto de interesse do Executivo. "Se os líderes não estão de acordo com a orientação do presidente, é o caso de se mudar esses líderes. O Elcio (Álvares), líder do governo na Senado, por exemplo, sempre foi contra o projeto", acusou Bicudo.

No Rio, também houve críticas ao governo. O plano de direitos humanos agradou mas não convenceu os representantes da Humans Rights Watch Americas, entidade de defesa internacional de direitos humanos, que tem escritórios nos Estados Unidos, Europa e América do Sul. Na opinião do advogado James Louis Cavallaro, diretor no Brasil da entidade, é preciso agora que o plano se torne realidade. "Eu seria ingênuo se dissesse que tenho plena confiança no plano", comentou.

Denúncias — Para o advogado, importante é a garantia de que o governo cumprirá fielmente o plano. Cavallaro lembra que desde 1992, quando o governo brasileiro ratificou, na Costa Rica, a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos da Ordem dos Estados Americanos (OEA), o Brasil já foi denunciado 27 vezes por violações à convenção. Só a Humans Watch fez 15 denúncias, entre elas a do massacre do Carandiru e da chacina de Corumbiara.

Uma destas denúncias pode resultar na primeira condenação do Brasil por violação aos direitos humanos na OEA: a morte de 18 presos por asfixia em 1989, no 42º Distrito Policial, em São Paulo. Os presos fizeram um motim na cadeia e em represália 51 deles foram colocados em uma pequena cela de 4,5 metros quadrados. O processo deste caso está prestes a terminar com parecer favorável à condenação. "Isto é muito sério para a reputação de um país", adverte Cavallaro.

O representante da Humans Rights acha positivo o fato de o plano ter sido feito com o acompanhamento da sociedade civil. Desde setembro do ano passado, quando o presidente anunciou a criação do plano, dezenas de organizações não-governamentais brasileiras, além da própria Humans Rights e da Anistia Internacional, acompanharam a elaboração do texto final.